

3

Do poder pastoral à governamentalidade

Não sei como é a alma do criminoso, mas a do homem honesto é um inferno! Um inferno povoado por todos os demônios! E nós chamamos de homens honestos e bons cristãos aqueles que têm esses demônios escondidos no fundo de si mesmos e não os deixam se soltarem à luz do dia para cometer infâmias, roubar e matar. Mas, todos nós, lá no fundo do coração – Deus me perdoe! – somos infames, criminosos e ladrões!

Nikos Kazantzakis – “O Cristo Recrussificado”

3.1

O poder pastoral na cultura hebraica

O poder pastoral era de caráter religioso e foi fundamentalmente exercido na cultura judaico-cristã. A metáfora de pastor não era encontrada na civilização greco-romana. Segundo Foucault,

jamais, na Antiguidade greco-romana, houvera a idéia de que certos indivíduos poderiam desempenhar, em relação aos outros, o papel de pastores, guiando-os ao longo de toda a sua vida, do nascimento à morte (Foucault, 1978 b: 65).

Porém, havia a idéia de um pastor na cultura egípcia. Nessa época, faraós e deuses eram comumente comparados a pastores. Mas foram os hebreus que desenvolveram o tema pastoral com a característica singular de somente Deus ser o pastor de um povo: ele guia seu povo pessoalmente, ajudado por seus únicos profetas (Foucault, 1981 a: 358).

O que caracteriza um bom pastor é o fato de cuidar bem do rebanho. Trata-se de uma relação de poder distinta da soberania: enquanto nesta o povo deveria servir ao soberano, no poder pastoral, ao contrário, o pastor serve ao rebanho, cuidando da vida de cada ovelha. O pastor se sacrifica pelo rebanho. Suas atitudes têm como finalidade o bem viver do rebanho, jamais tendo em vista um benefício próprio. Seu benefício, ou seja, sua salvação nesse mundo vem justamente da qualidade de ser um bom pastor. O pastor é responsável pela manutenção da vida

de suas “ovelhas”. Quando elas se salvam, ele se salva. Sobre essa característica do poder pastoral, Foucault faz a seguinte afirmação:

O poder pastoral não tem por função fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias (Foucault, 1978 b: 66).

Na cultura judaica, Deus se encarrega, através dos profetas, de conduzir uma multiplicidade de indivíduos em deslocamento. Havia regras de conduta para um povo nômade, que em seu êxodo, atravessava condições adversas de sobrevivência.

Em Foucault, “a salvação do povo judeu seria conseguida, garantida no dia em que o rebanho finalmente tivesse chegado à sua terra natal e tivesse sido conduzido ao seio de Deus” (Idem). A relação entre verdade e poder se estabelece, pois é Deus quem saberá fazer o rebanho se salvar.

3.2

O poder pastoral no cristianismo

No cristianismo encontramos a idéia de um pastor que se encarregará de uma salvação espiritual: “O reino de Deus está no coração”. Portanto, no pastorado cristão enfatizou-se a idéia de uma “outra vida”, uma vida póstuma, a qual dependeria de uma certa conduta na vida terrena. Para se salvar é necessário possuir esse coração apto a entrar no reino celeste. A salvação, idéia que o cristianismo espalhou por quase toda a Europa, era de caráter *obrigatório*:

O fato de haver um pastor implica que, para todo indivíduo, existe a obrigação de obter sua salvação. Em outras palavras, a salvação é simultaneamente no Ocidente cristão um assunto individual – todos buscam a salvação -, porém essa salvação não era objeto de escolha (Foucault, 1978 b: 68).

Essa conduta para a salvação é orientada pelo pastor. Logo, é necessária e imprescindível a confissão: relatar ao pastor tudo que possa ser uma “impureza” da alma. O poder pastoral, portanto, implica em uma análise e uma consciência de si. O pastor era aquele que possuía o conhecimento necessário para conduzir o

indivíduo nessa análise: ele exercia o papel de *diretor de consciências*. Eis um trecho de “Os Anormais”, onde Foucault apresenta o relato do teólogo Alcúnio:

O que o poder sacerdotal pode absorver em termos de falta, se ele não conhece os laços que amarram o pecador? Os médicos não poderão fazer mais nada no dia em que os doentes se recusarem a mostrar suas feridas. O pecador deve, pois, ir ver um padre, como um doente deve ir ver o médico, explicando-lhe de que sofre e qual sua doença (Foucault, 1975 d: 218).

Portanto, para a salvação obrigatória é necessária uma confiança na figura do pastor, uma transferência desse poder de se salvar ao sacerdote. A essa autoridade não se diz o que se quer, mas o que a autoridade achar necessário. É uma relação de obediência absoluta:

O pastor pode impor aos indivíduos, e em função de sua própria decisão, sem que houvesse mesmo regras gerais ou leis, sua vontade, pois – isso é a coisa mais importante no cristianismo – não se obedece para atingir um certo resultado, não se obedece, por exemplo, para simplesmente adquirir um hábito, uma aptidão, ou mesmo um mérito. No cristianismo, o mérito absoluto é precisamente ser obediente (Foucault, 1978 b: 69).

Essa análise de si já podia ser observada entre os estóicos e outras culturas, mas não possuía a figura de um intermediário, como, no caso, o pastor. Nessas culturas antigas encontramos uma relação de si para si que dizia respeito a um aperfeiçoamento, uma mestria de si (Foucault, 1981 a: 368). No cristianismo, o aperfeiçoamento é ditado pelas regras de Deus, pois é ele quem possui a verdade e é ele quem irá julgar se o fiel poderá adentrar o reino dos céus. Podemos observar aqui a relação entre poder e verdade: são as palavras de Deus, as escrituras. O pastor ensina os mandamentos de Deus, mas essa verdade passa necessariamente por um conhecimento da alma. O pastor deve saber tudo o que fazem as criaturas do rebanho, cada ovelha em particular, seus mais profundos desejos.

Nesse tipo de poder encontramos a dimensão de um interior, uma dimensão dos pensamentos que devem ser expostos ao intermediário de Deus, que intervirá nessa alma em seu nome. Nas palavras de Foucault:

O pastor disporá de meios de análise, de reflexão, de detecção do que se passa, mas também que o cristão será obrigado a dizer ao seu pastor tudo o que se passa no âmago de sua alma; particularmente, ele será obrigado a recorrer, do ponto de

vista do seu pastor, a essa prática tão específica do cristianismo: a confissão (Foucault, 1978 b: 70).

A confissão é um ritual no qual os desejos do indivíduo são elaborados por ele próprio e colocados em um discurso, a partir do qual o sacerdote produz uma verdade. Para que tal efeito ocorra, é necessária uma desconfiança por parte da criatura para com seus desejos, pois estes sempre podem estar ligados à tentação e ao pecado. Daí a necessidade de uma vigilância constante sobre todos os desejos. Mas, o cristianismo deveria, por outro lado, administrar os desejos com as necessidades reais de sobrevivência, como a alimentação e a procriação. Nas palavras de Foucault, era preciso fazer “funcionar esse corpo, esses prazeres, essa sexualidade, no interior de uma sociedade que tinha suas necessidades, sua organização familiar, suas necessidades de reprodução” (Foucault, 1978 b: 71).

3.3

O poder pastoral e o biopoder: confissão, massa e indivíduo

O poder pastoral se difere do poder soberano, pois não se exerce sobre um território, mas sobre seres vivos. O poder pastoral é um governo dos vivos. O biopoder, sob este aspecto, estará muito mais próximo do poder pastoral do que da soberania. Ele buscará a salvação da alma não no sentido religioso do termo, mas na própria vida terrena e na relação entre os homens e as coisas. Também não encontramos no biopoder a figura de um pastor.

Através da obra de Michel Foucault, podemos traçar alguns pontos em comum e mostrar como a modernidade, de certa forma, se apropriou e transformou certos mecanismos do pastorado cristão. Devemos, portanto, adiantar outra característica do biopoder: ele é, ao mesmo tempo, um poder individualizante e totalizante. Indivíduo e massa serão as duas unidades sobre as quais esse tipo de poder irá incidir. Podemos observar tanto no biopoder, quanto no poder pastoral, esses pólos de atuação.

No poder pastoral há uma ótica de totalização: o pastor conduz um rebanho. Um rebanho não é simplesmente o plural de ovelhas. Para que exista um rebanho, as ovelhas devem formar um conjunto. O pastor é aquele que as reúne e

que vela por todas elas. Logo, para a existência de um rebanho, a presença do pastor é imprescindível.

O que o pastor reúne são indivíduos dispersos. Eles se reúnem ao som de sua voz: “Eu assobiarei e eles se reunirão”. Inversamente, basta que o pastor desapareça para que o rebanho se espalhe (Foucault, 1981 a: 359).

O pastor cuidava de seu rebanho buscando bons pastos, boa alimentação e água, organizando essa multiplicidade de ovelhas. Mas, um bom pastor cuida também de suas ovelhas em particular, em seus detalhes. Uma ótica individualizante:

Eles enviavam para pastar cada ovelha por sua vez – primeiro as mais jovens, para dar-lhes de comer a erva mais tenra; depois as mais velhas e, enfim, as mais antigas, capazes de triturar a erva mais coriácea. O poder pastoral supõe uma atenção individual a cada membro do rebanho (Foucault, 1981 a: 360).

A confissão é um método que permite saber-poder sobre cada indivíduo separadamente. No biopoder, contudo, desempenhará um papel de outra amplitude. Como no cristianismo, a preocupação continua sendo gerir os desejos dentro de um campo social. Mas, se na religião a relação é entre uma alma pura e a vigilância dos pecados, no biopoder essa relação passará a ser de uma norma e os desvios de conduta, as doenças do corpo e da psique. Eis como em “A vontade de saber”, Foucault coloca a questão:

Cumprir falar do sexo como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo (Foucault, 1976 b: 27).

A confissão, conclui o filósofo, continuará a ser a matriz geral da produção do discurso verdadeiro sobre o desejo, sobre o interior do indivíduo. Mas, desta vez, ela se exercerá através de categorias científicas. A confissão, com a medicina e a pedagogia, perderá sua aura ritual e restrita do confessionário. Ela será utilizada na relação entre pais e filhos, alunos e professores, delinquentes, peritos etc.

Se, na penitência cristã, a confissão se esgotava no próprio ato e não transpassava os limites do confessionário, as práticas modernas irão se valer dela

para uma produção de registros sobre os indivíduos. A técnica será vinculada a um *regime de visibilidade* não mais religioso, mas sim, administrativo. Não mais feita somente em primeira pessoa, mas por “vozes múltiplas”. Como nos mostra Foucault em *A vida dos homens infames*:

a confissão não desempenha aí o papel eminente que lhe reservava o cristianismo. Para esse enquadramento, se utilizam, e sistematicamente, procedimentos antigos, mas, até então, localizados: a denúncia, a queixa, a inquirição, o relatório, a espionagem, o interrogatório. E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos (Foucault, 1977 c: 212).

Entre o poder pastoral, o poder soberano e o biopoder pode-se encontrar semelhanças. Mas, nesses tipos de poder arcaicos – o soberano e o pastoral - o que está em questão são as relações do homem com o Absoluto. O biopoder terá como medida as forças do próprio homem. Essa medida se estabelece nos limites do ser humano, em suas potencialidades, que se pretenderá, contudo, chegar a uma “perfeição”, como nos mostra Foucault nesta bela passagem de “Vigiar e Punir”:

Fortemente inspirados por Ruysbroeck e na mística renana, transpuseram à educação uma parte das técnicas espirituais – e não só à educação dos clérigos, mas à dos magistrados e comerciantes: o tema da perfeição, em direção à qual o mestre exemplar conduz, torna-se entre eles o de um aperfeiçoamento autoritário dos alunos pelo professor; os exercícios cada vez mais rigorosos propostos pela vida ascética tornam-se tarefas de complexidade crescente, que marcam a aquisição progressiva do saber e do bom comportamento (..) Sob sua forma mística e ascética, o exercício era uma maneira de ordenar o tempo aqui de baixo para a conquista da salvação. Vai, pouco a pouco, na história do Ocidente, inverter o sentido, guardando algumas características: serve para economizar o tempo da vida, para acumulá-lo de uma maneira útil, e para exercer o poder sobre os homens por meio do tempo assim arrumado. O exercício, transformado em elemento de uma tecnologia política do corpo e da duração, não culmina num mundo além; mas tende para uma sujeição que nunca terminou de se completar (Foucault, 1975 b: 146).

No entanto, a passagem do poder pastoral ao biopoder pode ser entendida de uma forma mais ampla, que é, todavia, a racionalidade do exercício de poder. É o nascimento da “governamentalidade”.

3.4

A Governamentalidade

A governamentalidade é uma instrumentação voltada para a gestão dos indivíduos. Contudo, as individualidades devem estar em referência à noção de *população*. Trata-se de salvar a população no sentido mundano do termo, assegurá-la contra os perigos internos e externos, ordená-la, garantir seu bem-estar e seu desempenho ótimo: fazer crescer e multiplicar as forças sociais.

Foucault irá destacar, no artigo “*Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política*”, que nossas sociedades desenvolveram “uma estranha tecnologia do poder ao tratarem a imensa maioria dos homens como rebanho, com o pulso de um pastor” (Foucault, 1981 a: 361). Esta governamentalidade irá se desenvolver como uma razão de Estado e terá como princípio não o fortalecimento do monarca, mas o fortalecimento do próprio Estado. Para Foucault, foi no momento mesmo que o Estado “começava a praticar seus maiores massacres que ele começou a se preocupar com a saúde física e mental dos indivíduos” (Foucault, 1979 a: 318). Esta arte de governar implica um saber, que não é meramente uma “prudência” ou uma “justiça”, mas sim, uma ciência de governo, um conhecimento sobre as forças do Estado, sua capacidade e os meios de desenvolvê-la.

Isso não quer dizer que Foucault tenha resumido a análise a uma entidade política unitária, a um aparelho específico. A razão de Estado encontrará apoio em diversas instituições. Se, como iremos ver mais adiante, o biopoder irá se desenvolver primeiro em seu pólo individualizante (a disciplina), e mais tarde em seu pólo massificante (controles reguladores), foi a partir de uma preocupação em torno da população que essas disciplinas ganharam maior importância.

É preciso, para isso, dar à palavra *governo* a significação ampla que tinha no século XVI. O filósofo analisa em “Segurança, território e população”, um dos primeiros textos da literatura *anti-maquiavélica* do século XVI, escrito por Guillaume de La Perrière. Eis como Foucault interpreta o uso da palavra *governo* em tal texto:

Essas coisas das quais o governo deve encarregar-se são os homens, mas em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos com essas coisas que são as riquezas, os recursos, as substâncias, o território, com certeza, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua aridez, sua fertilidade; são os homens em suas relações com essas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar e, enfim, são os homens em sua relação com outras coisas ainda, que podem ser os acidentes ou as desgraças, como a fome, as epidemias, a morte (Foucault, 1978 c: 288).

Foucault irá chegar à conclusão de que o aspecto mais próprio do poder é a relação específica de *governo*. Trata-se de ações sobre as condutas, sobre as possibilidades de ação dos outros. É estruturar um eventual campo de ação possível de outros (Foucault, 1982: 244). A ação sobre outra ação adquire a dimensão de “conduzir condutas”: conduzir as crianças, os estudantes, os doentes, a família. Isto pressupõe não uma relação de igualdade ou parceria, mas uma relação dessimétrica, na qual uns são encarregados de conduzir outros. Se, na Grécia Antiga, afirma Foucault (1981 a: 359), havia alusões a um comandante de navio, este não era encarregado de guiar os marinheiros ao longo da jornada, mas sim, de guiar o barco, mantendo-o longe dos recifes, por exemplo. Além do mais, o próprio funcionamento do barco e a garantia de vida dos marinheiros dependiam do desempenho deles próprios. No biopoder surgirá uma categoria específica de pessoas, que exercerá uma função pastoral, uma função “condutora” em relação a outros indivíduos, que serão como suas ovelhas. Essa relação é, em parte, diferente da soberania, pois não se estabelecerá em termos pessoais, não há a figura de um monarca. Para a lógica da condução, um serviço ao rebanho².

O aspecto mais importante da governamentalidade é o fato de se dirigir a cidadãos “livres”. A concepção liberal do indivíduo será um dos pilares da política moderna. Alessandro Pizzorno irá dizer que “os regimes democráticos liberais multiplicaram as instituições e as prescrições destinadas a tornar os cidadãos mais confiáveis, mais controláveis, mais previsíveis” (Pizzorno, 1989: 242). Trata-se de uma batalha entre as singularidades – que, na concepção liberal, seriam as “idiossincrasias privadas” - e a normalidade “pública”. Do ponto de vista do

²Kant irá se referir, em seu artigo sobre a *Aufklärung*, a um certo estado de “minoridade”. Para o filósofo, estamos nesse estado quando “um livro toma o lugar do entendimento, quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência, quando um médico decide em nosso lugar a nossa dieta” (Foucault, 1984: 337). O esclarecimento para Kant é uma mudança em nós mesmos na relação entre autoridade, vontade e razão.

poder, deve-se desenvolver, segundo Pizzorno, uma maneira facilitadora, para que esses indivíduos livres realizem essa mudança em si mesmos.

Embora a relação de governo não seja propriamente guerreira, uma não exclui a outra: as lutas que Foucault faz corresponder ao seu pensamento serão, na verdade, em torno da governamentalização da vida.

Ainda persistirá no biopoder, sem dúvida, certa relação de soberania. Esta irá, aliás, se multiplicar por toda uma série de relações: a legitimidade de “guiar” num sentido geral, de punir, de educar, de tratar... O nascimento do biopoder, portanto, pode ser entendido como, por um lado, o desenvolvimento de uma racionalidade pastoral, cuja principal função é cuidar da vida e, por outro, o arsenal jurídico da soberania, que garante a legitimidade do poder.